

ANPPOM: 30 Anos de Criação

**Sonia Regina Albano de Lima
Martha Tupinambá de Ulhôa
(Organizadoras)**

DESAFIOS E PROPOSIÇÕES DO PERIÓDICO CIENTÍFICO *OPUS* DURANTE A GESTÃO 2011-2015

*Adriana Lopes da Cunha Moreira*¹

A produção intelectual da área de música que se expressa textualmente constitui um processo interpretativo de compreensão de uma obra ou contexto em que se encontra presente alguma manifestação musical. Esta prática textual compartilha informações com as práticas sonoras, por um lado contribuindo para sua sedimentação e manutenção, por outro interagindo com as constantes transformações que acabam por promover a continuidade nas renovações artísticas.

Esta produção pode ser editorada ou pode ser veiculada sob a responsabilidade unívoca do autor. No âmbito das publicações editoradas, a produção em música expressa textualmente é tradicionalmente veiculada impressa

¹**Adriana Lopes Moreira** é docente no Departamento de Música (CMU) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP, 2004-); proponente e coordenadora do Grupo de Pesquisa TRAMA: TEORIA E ANÁLISE MUSICAL, voltado à aplicação de conceitos teóricos emergentes para a prática analítica de obras musicais (ECA, 2015-); fundadora e co-coordenadora do Laboratório PAM de Percepção e Análise Musical (CMU, 2008-); membro dos Conselhos Editoriais dos periódicos científicos *OPUS* (2015-) e *ORFEU*, da UDESC (2015-20); membro da Comissão Editorial do *Art Research Journal*, ARJ (2012-). Foi editora-chefe de publicações da ANPPOM (2011-15), que englobam revista *OPUS* (Qualis-CAPES A1), série Pesquisa em Música no Brasil e coordenação científica dos congressos anuais; coproponente da Série Didático-Musical (EDUSP e Ed. UNICAMP) e tradutora dos títulos *Percepção musical: prática auditiva para músicos* (Benward; Kolosick, 2009) e *Percepção musical: leitura cantada à primeira vista* (Carr; Benward, 2011); da Comissão de Elaboração e Realização da Prova de Aptidão em Música do CMU-ECA-USP no Vestibular da FUVEST foi consultora (2011-13), presidente (2007-10) e vice-presidente (2005-06). Foi coordenadora da Comissão de Pesquisa do CMU (2012-14). A ênfase de seu trabalho é voltada para os estudos sobre Música dos séculos XX-XXI, Análise musical, Percepção musical, Rítmica musical e Piano.

em suportes como livros, prefácios de partituras, encartes de discos, anais de congressos, periódicos científicos e não científicos. No entanto, desde o final do século XX, podemos observar um predomínio de exemplares publicados de forma duplicada, nos formatos impresso e digital, estando boa parte deles disponível em bases de dados eletrônicas como RILM, RIPM e JSTOR². Naturalmente, a tendência atual é a de publicação dos periódicos científicos apenas no formato eletrônico, tendo como fator norteador a agilidade de transmissão, o alcance e a internacionalização da informação recém-pesquisada.

No Brasil, as publicações mais longevas que temos na área de Música são a *Revista Brasileira de Música* (desde 1934) e a revista *OPUS* (desde 1989), guardadas suas respectivas especificidades e público-alvo, assim como considerada uma predominância de regularidade e pontualidade desde a criação das mesmas. Atualmente, contamos com 36 periódicos científicos de música, sendo 29 deles editados pelos Programas de Pós-Graduação³ e 7 pelas Associações em Música; destes, apenas 6 versam sobre assuntos específicos. Nomeadamente, temos os periódicos *A Tempo* (FAMES), *Art Music Review* (UFBA), *Arteriais* (UFPA), *Claves* (UFPB), *DAPesquisa* (UDESC), *Debates* (UNIRIO), *Ictus* (UFBA), *InCantare* (UNESPAR), *Interfaces* (UFRJ), *Interlúdio* (Colégio Pedro II), *Modus* (UEMG), *Música* (USP), *Música e Linguagem* (UFES), *Música em Contexto* (UNB), *Música em Perspectiva* (UFPR), *Música Hodie* (UFG), *Música Popular em Revista* (UNICAMP/UNIRIO), *Nupeart* (UDESC), *O Mosaico* (UNESPAR), *Orfeu* (UDESC), *OuvirOUver* (UFU), *Per Musi* (UFMG), *Pesquisa e Música* (CBM), *Revista Brasileira de Música* (UFRJ), *Revista da Tulha* (USP), *Revista do Conservatório de Música da UFPel* (UFPel), *Revista Eletrônica de Musicologia* (UFPR), *ARJ* (ANPPOM, ABRACE e ANPAP), *Música e Cultura* (ABET), *Musica Theorica* (TeMA), *OPUS* (ANPPOM), *Percepta* (ABCAM), *Revista Brasileira de Musicoterapia* (UBAM), *Revista da ABEM*, *Revista Vórtex* (UNESPAR) e *Sonora* (UNICAMP)⁴.

² Répertoire International de Littérature Musicale (RILM), Retrospective Index to Music Periodicals (RIPM) e Journal Storage (JSTOR)

³ Segundo dados gentilmente fornecidos pela coordenadora da área de Artes na CAPES em agosto de 2016, Antonia Pereira Bezerra, o Brasil conta com 17 Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Música, sendo 14 deles Programas de Mestrado e/ou Mestrado e Doutorado Acadêmico, e três deles de Mestrado Profissional. Integram esses PPGs Acadêmicos 355 docentes, sendo 244 Docentes Permanentes e 67 Docentes Colaboradores, e 44 docentes atuam junto aos Mestrados Profissionais. Em outro levantamento, referente aos anos 2013/2014, a CAPES contabilizou a inscrição de 1.400 mestrandos e doutorandos nesses PPGs em Música, sendo 720 alunos dos Doutorados, 620 alunos dos Mestrados Acadêmicos e 60 alunos dos Mestrados Profissionais (este último número foi estimado de acordo com a oferta de vagas).

⁴ Levantamento gentilmente cedido por Fausto Borém ao final de 2016.

Três primeiras fases da revista *OPUS*

Ao analisar a trajetória da *OPUS*, observo que, naturalmente, os primeiros editores da revista procuraram estabelecer o perfil que ora conhecemos, qual seja, uma revista científica vinculada ao estatuto da ANPPOM, que contemple a diversidade dos estudos que envolvem a área de Música, que receba artigos submetidos em fluxo contínuo e que procure “divulgar a pluralidade do conhecimento em música, considerados aspectos de cunho prático, teórico, histórico, político, cultural e/ou interdisciplinar”, tendo como foco principal “compilar um panorama dos resultados mais representativos da pesquisa em música no Brasil” (*OPUS*, [s.n.])⁵. A esse esforço qualitativo, em uma segunda fase, somaram-se questões voltadas à inserção da revista no âmbito editorial acadêmico, cujos valores incluem a extensão física, a periodicidade e a pontualidade. Posteriormente, os empenhos foram voltados à identidade visual, à indexação e à internacionalização do periódico. Cada uma dessas três primeiras fases delimita espaços temporais de aproximadamente dez anos.

Primeira fase (entre 1989-1991, estendendo-se a 1996). O primeiro editor-chefe da *OPUS*, o musicólogo Raimundo Martins da Silva Filho, procurou publicar artigos de pesquisadores de destaque e marcar a fundação da revista pelo estabelecimento de interlocuções com representativos autores estrangeiros. Assim, o artigo de Jonathan Dunsby abre a primeira edição versando sobre inter-relações entre performance e análise musical, um assunto de expressivo interesse ainda hoje; o número seguinte traz Jean-Jacques Nattiez, com considerações sobre semiologia.

Nesta primeira fase, a *OPUS* publicou 28 artigos⁶ sobre os assuntos que seguem (Fig. 1): processos composicionais (Mojola, 1990), performance musical (Guerchfeld, 1990), análise musical (Frederico, 1989), educação musical (Mársico, 1989. Martins, 1989. Guerchfeld, 1989. Fuks, 1991. Cauduro, 1991. Souza, 1991), historiografia musical brasileira (Duprat, 1989. Kater, 1991. Neves, 1991), etnomusicologia (Sandroni, 1990), inter-relações entre processos composicionais e análise musical (Rezende, 1990), inter-relações entre performance e análise musical (Dunsby, 1989. Gerling 1989, 1991. Nattiez, 1990), inter-relações entre performance e educação musical (Figueiredo, 1989. Oliveira, 1990. Peixoto, 1990), inter-relações entre música e tecnologia (Aguilar, 1989. Miranda, 1990), inter-relações entre música e demais ciências humanas (Martins, 1990. Oliveira, 1991. Gerling, F., 1991). Após a publicação desses três primeiros números da *OPUS*, seguiu-se um hiato de cinco anos.

⁵ Conforme consta no texto de apresentação da revista (*OPUS*, [s.n.]).

⁶ Nomeadamente, 9 artigos na *OPUS* n. 1 (1989), 9 artigos na *OPUS* 2 (1990) e 3 artigos na *OPUS* 3 (1991), sendo dois deles de autores estrangeiros, traduzidos para a língua portuguesa.

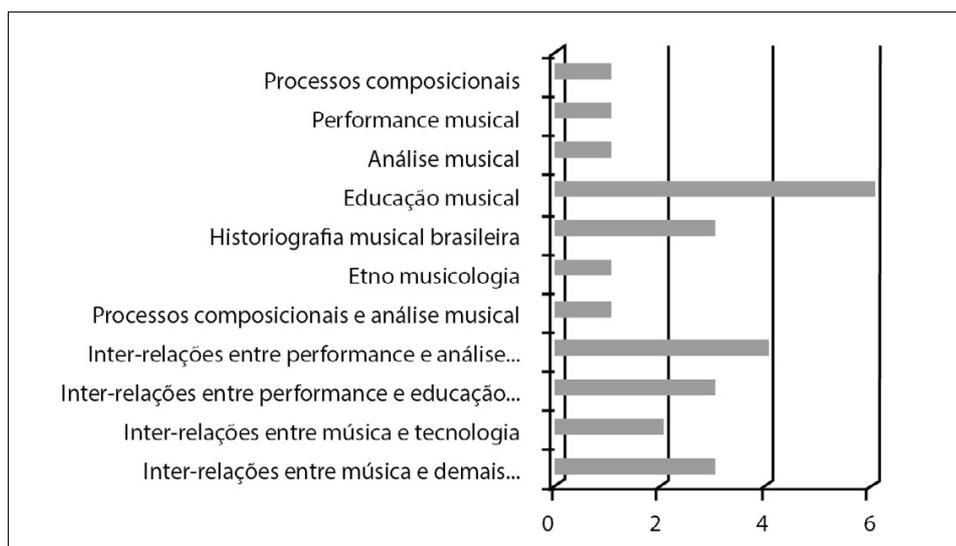


Fig. 1 – Categorização dos artigos da primeira fase da revista OPUS (1989-1996).

Segunda fase (entre 1997 e 2006). Nesse segundo momento, buscou-se sedimentar o perfil da revista e somar a este objetivo primeiro uma periodicidade anual. Nos dez anos em que transcorreu a segunda fase, foram publicados 76 artigos⁷, sob a coordenação sucessiva de três editores – a etnomusicóloga Martha Tubinambá de Ulhôa, o compositor Silvio Ferraz e a analista musical Maria Lúcia Pascoal.

A despeito da dificuldade de segregação dos assuntos publicados em estratos estanques, optei por organizar as publicações dos 85 artigos desse segundo período, conforme segue (Fig. 2): processos composicionais (Antunes, 1997, 1999, 2000. Ferraz, 2004, 2006); inter-relações entre processos composi-

⁷ A partir da *OPUS 4* (1997), os artigos passaram a ser iniciados por um Resumo e, desde a *OPUS 5* (1998), a este se segue um *Abstract*. Esses dois números recobram a periodicidade anual da revista.

Nos três números seguintes (*OPUS 6* a *OPUS 8*, de 1999 a 2002), buscou-se aliar um aprimoramento tecnológico à apresentação da revista, que passou a ser eletrônica e disponibilizada em extensão html. Por esta razão, note-se que, na *OPUS 6* (1999), deixaram de ser obrigatórios as páginas de abertura, os Resumos e os Abstracts; já na *OPUS 7* (2000), recupera-se a extensão com 9 artigos, parte das páginas de abertura, a obrigatoriedade do Resumo, e os artigos passam a ser finalizados pelos currículos dos autores; a *OPUS 8* aglutina os artigos submetidos durante os anos de 2001 e de 2002, atingindo a extensão de 11 artigos, sendo um deles redigido em língua inglesa (Ferreira, 2002). Devido à mesma razão tecnológica, esses três números da *OPUS* ficaram destituídos de uma capa. Então, durante a minha gestão (2011-2015), viabilizei a transposição das três edições para a extensão PDF e cedi a elas uma capa semelhante às das edições subsequentes, com o intuito de uniformizar o acesso a todos os números da *OPUS*.

Desde a *OPUS 10* (2004), a revista recuperou e uniformizou a imagem da cap e as informações de abertura, Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, *Keywords* e currículos dos autores tornaram-se itens obrigatórios. A revista passou a ter seções com publicações de entrevistas (uma delas, de 2005, redigida nos idiomas português e inglês) e Resenhas (a partir da *OPUS 12*, de 2010). Pontualmente, a *OPUS 4* (1997) traz anexa uma listagem das dissertações da área de Música defendidas no Brasil até 1996, e a *OPUS 12* (2010) inclui registros com os resultados dos Grupos de Trabalhos da ANPPOM. Nesses quatro números (*OPUS 9* a *OPUS 12*, 2003 a 2006), estabilizou-se a extensão da revista em uma média de 8 artigos, à exceção da *OPUS 11*, que contou com a expressiva quantidade de 15 artigos.

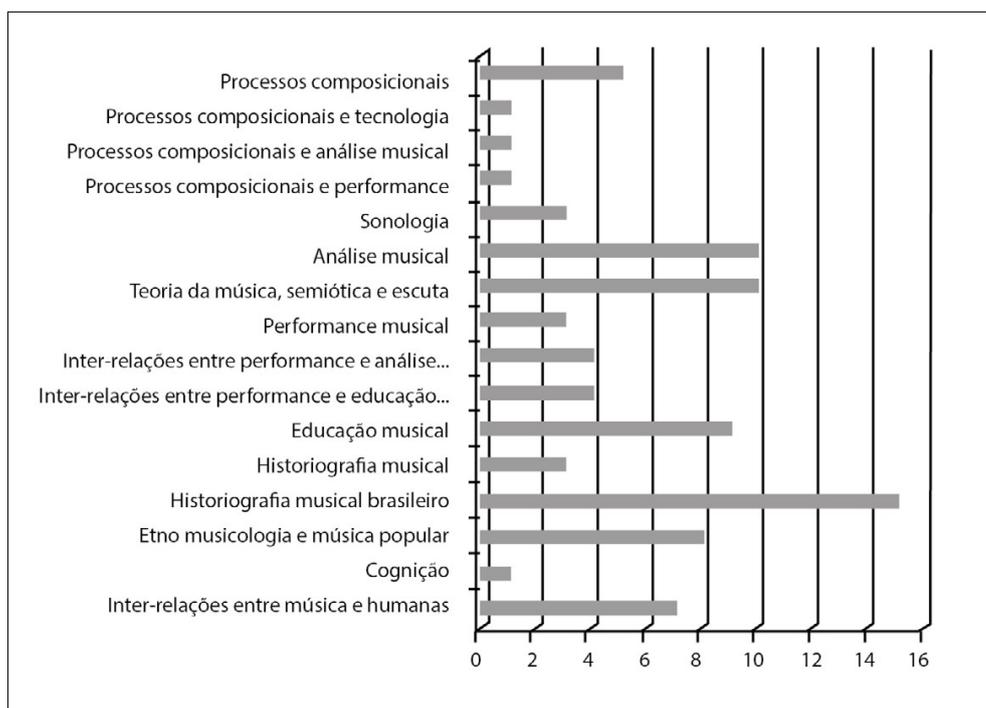


Fig. 2 – Categorização dos artigos da segunda fase da revista *OPUS* (1997 a 2006).

cionais e tecnologia (Furlanete, 2002); inter-relações entre processos composicionais e análise musical (Guigue, 1998); inter-relações entre processos composicionais e performance (Borém, 1998); sonologia (Iazzetta, 1997. Caesar, 2003. Lanzelotte; Ulhôa; Ballesté, 2004); análise musical (Gubernikoff, 1997. Guigue, 2000. Cavazotti, 2000. Martins, 2002. Ferreira, 2002. Martinez, 2003. Bento, 2005. Corrêa, 2006. Nogueira, 2006. Mesquita, 2006); teoria da música, incluindo semiótica e recursos de escuta (Ferraz, 1997. Martinez, 1999. Caesar, 2000. Santos, 2000. Vaz, 2000. Gubernikoff, 2005. Corrêa, 2005. Martinez, 2006. Albrecht, 2006. Biondi, 2006); performance musical (Aquino, 2003. Barranechea, 2003. Carvalho, 2006); inter-relações entre performance e análise musical (Silva, 2004. Grossi, 2004. Liebich; Carvalho; Gerling, 2005. Francato, 2005); inter-relações entre performance, educação musical e tecnologia (Krüger; Gerling; Hentschke, 1999. Paula; Loureiro, 2000. Montadon, 2004. Loureiro, 2006); educação musical (Fernandes, 1999. França, 2000. Matte, 2002. Del-Ben, 2002. Silva, 2002. Pinto, 2002. Bellochio, 2003. Santos, 2003. Amato, 2006); historiografia musical, em alguns casos valendo-se de aspectos da retórica (Freire; Rodrigues Jr., 1999. Zagonel, 2005. Lucas, 2006); historiografia musical brasileira (dissertações defendidas até 1996 no Brasil [s.n.], 1997. Faria, 1998. Freire, 1999, 2002. Gandelman, 2003. Cavazotti, 2003. Nogueira, 2004. Grossi, 2004. Moreira, 2004. Machado Neto, 2005. Winter, 2005. Fernandes, 2005. Lacerda, 2005. Lívero, 2005. Grupo de Trabalho [s.n.], 2006); etnomusicologia e música popular (Pinto, 1998. Araújo, 1999. Sandroni, 2002. Zagonel; Romanelli, 2002. Victório, 2002. Travassos, 2003. Piedade, 2005. Mello, 2005); cognição (Costa,

1997); inter-relações entre música e demais ciências humanas, como Filosofia, Sociologia e Antropologia (Santos, 1998. Valente, 2000. Sekeff, 2005. Videira, 2005. Goldemberg, 2005. Bollos, 2005. Valente; Barreto, 2006).

Essa segunda fase (1997 e 2006) é caracterizada pela diversidade no número de autores, refletindo os resultados do estabelecimento dos Programas de Pós-Graduação no Brasil. Há uma ampliação nos assuntos estudados, se comparados aos focos mais cristalizados da primeira fase, havendo uma introdução a estudos sobre aspectos da cognição musical e da pedagogia do instrumento, artigos dedicados à escuta musical, à semiótica e à sonologia, além de haver um fortalecimento dos estudos que têm como objeto a chamada música popular.

Chama a atenção o início de certa profissionalização da revista⁸. Esforços foram feitos em direção à criação de uma identidade visual e à periodicidade anual, um texto de apresentação redigido pelo editor-chefe abre as edições, que mantêm uma extensão média de oito artigos por número, formatados de acordo com as normas vigentes. Desde o seu princípio, a revista manteve o número de quatro membros formando o Conselho Editorial, todos professores universitários brasileiros; porém, a partir da *OPUS 10*, formou-se um Conselho Consultivo, com seis membros nas *OPUS 10* e *12* (2004 e 2006), todos professores universitários brasileiros, e doze membros na *OPUS 11* (2005), sendo um deles estrangeiro. Assim, deu-se o primeiro passo para uma futura internacionalização do corpo editorial e coube à gestão de Maria Lúcia Pascoal uma articulação para a próxima fase.

Terceira fase (entre 2007 e 2016). Em meu entender, uma terceira fase da revista se estende da *OPUS 13.1* à *OPUS 22.2*, uma vez que, a partir da *OPUS 23.1* (2017), durante a gestão do musicólogo Marcos Holler, a revista passa a ser quadrimestral, cada artigo é vinculado a um número DOI e passa-se a considerar de maneira concreta indexações internacionais de grande envergadura.

Na gestão do musicólogo Rogério Budasz (2007-2011), a apresentação visual da revista foi modificada, passando a refletir com maior propriedade a robustez atingida, de maneira que coube a Budasz o estabelecimento da identidade visual da *OPUS* conforme a conhecemos. O anteriormente denominado Conselho Editorial passou a ser chamado de Conselho Executivo e continuou contando com quatro membros; já o Conselho Consultivo passou a ter onze membros, sendo seis deles professores estrangeiros, obviamente com um domínio do idioma português. A periodicidade passou a ser semestral, e a quan-

⁸ Guardada a devida nuance desta afirmativa, considerando-se que o corpo editorial das revistas acadêmicas não é normalmente formado por especialistas em editoração.

tidade anual de artigos publicados foi ampliada, tendo aumentado também a quantidade de artigos redigidos em idiomas estrangeiros (dois deles em inglês e um em espanhol). Nessa gestão, a *OPUS* foi indexada junto ao *Répertoire International de Littérature Musicale* (RILM).

A classificação dos 197 artigos, resenhas e entrevistas dessa terceira fase em enfoques estanques é ainda mais difícil do que as anteriores, em virtude da maior exploração de espaços fronteiriços. No entanto, insisto em realizá-la com a finalidade de compor um panorama de apresentação razoavelmente organizado (Fig. 3): processos composicionais, incluindo noções de improvisação, espacialidade e sonologia (Silva, 2007. Costa, 2008, 2014. Moore, 2009. Rossetti, 2012. Ficagna, 2012. Paulinyi, 2013. Ayer; Zampranha, 2014. Corrêa, 2015)⁹; inter-relações entre processos composicionais e educação musical (Pitombeira, 2011); inter-relações entre processos composicionais e ciências humanas (Oliveira; Toffolo, 2008); análise musical, por vezes incluindo aspectos filosóficos, matemáticos, computacionais e cênicos (Guigue, 2007, 2013. Vieira, 2007. Almada, 2008, 2010, 2015. Cavini, 2008. Benedetti, 2009. Rodríguez, 2010. Molina, 2011. Hartmann, 2011, 2015. Ferraz, 2011. Onofre; Alves, 2012. Rimoldi; Schaub, 2012. Packer, 2012. Silva; Pitombeira, 2012. Carpinetti, 2012. Duwe; Barros, 2012. Felicissimo; Jardim, 2013. Dudeque, 2013, 2016. Nogueira, 2014. Koay, 2014. Santos; Pitombeira, 2014. Pontes; Alves; Feitosa, 2014. Silva; Ferraz, 2015. Rossetti; Ferraz, 2016. Pena, 2016. Jatahy; Kayama, 2016. Taffarello et al., 2016. Mayr; Almada, 2016. Bragagnolo, 2016); teoria da música, por vezes com exemplos analíticos e matemáticos (Souza, 2007. Barbosa, 2008. Oliveira, 2008. Almada, 2012. Priore, 2013. Queiroz; Kon, 2013. Held, 2016. Bittencourt, 2016); performance musical (Carvalho; Alcaide; Angelo, 2007. Goldemberg, 2007. Lima; Rüger, 2007. Storolli, 2007. Kayama et al., 2007. Pacheco; Kayama, 2007. Fagerlande, 2010. Risarto; Lima, 2010. Morais; Stasi, 2010. Alípio; Wolff, 2010. Almeida, 2011. Kubala; Biaggi, 2012. Sinico; Winter, 2013. Presgrave, 2013, 2016. Benetti Jr., 2013. Mangini; Silva, 2013. Oliveira; Wolff, 2014. Madeira; Scarduelli, 2014. Ribeiro, 2014. Monteiro;

⁹ Os artigos da edição especial, *OPUS 21.2*, não estão incluídos na Fig. 3 por não terem sido decorrentes de submissão espontânea. Submissões espontâneas de autores vinculados a universidades estrangeiras, boa parte delas redigidas em inglês, advieram das instituições: Universidade Nova de Lisboa, Portugal (Pacheco, 2007, 2012. Madureira, 2016); Universidade de Aveiro, Portugal (Chaib, 2008. Resende, 2009. Trilha, 2010. Goes, 2015. Marinho, 2016. Vieira, 2016); Duke University (Moore, 2009, 2010); Conservatoire de Strasbourg (Morais, 2010); Universidad Nacional de la Plata e Universidad de Buenos Aires (Rodríguez, 2010); Universidade de Évora, Portugal (Paulinyi, 2013); Hochschule für Musik und Theater Rostock (Alge, 2014); Conservatorio Superior de Música del Principado de Asturias, Espanha (Zampranha, 2014); National Sun Yatsen University, Taiwan (Koay, 2014); Queens University Belfast (Castro, 2015); Simon Fraser University (Gomes, 2015); Universidade do Porto, Portugal (Martins, 2016); Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo do Porto, Portugal (Coimbra, 2016). Publicamos também textos redigidos em inglês (Ferreira, 2002. Albrecht, 2006. Fornari, Shellard, Manzolli, 2011. Guigue, 2013. Dudeque, 2016. Santos, 2016. Bittencourt, 2016. Mayr; Almada, 2016.) e francês (Bromberg, 2014) por brasileiros vinculados a universidades também brasileiras.

Fialkow; Santos, 2015. Silva; Ronqui, 2015. Rodrigues; Scarduelli, 2015. Góes; Silva, 2015. Zorzal, 2015. Costa, 2015. Ribeiro, Felipe; Ribeiro, Fabrício; Wegmann, 2016. Borém; Taglianetti, 2016. Pavan; Ray; Hora, 2016. Martins; Santos Jr., 2016. Ray et al., 2016. Zanon et al., 2016. Vieira, 2016); inter-relações entre performance e análise musical (Cavalcanti; Pitombeira, 2007. Barros; Gerling, 2007. Gloeden; Morais, 2008. Cerqueira, 2009. Shimabuco, 2013; Souza; Cury; Ramos, 2013); inter-relações entre performance e educação musical (Amato, 2007. Mateiro, 2007. Herder, 2008. Romanelli; Ilari; Bosísio, 2008. Moreira, 2009. Scarduelli; Fiorini, 2013); inter-relações entre performance e historiografia musical (Chaib, 2008. Faria, 2009); inter-relações entre performance e cognição (Higuchi; Leite, 2007); inter-relações entre performance musical e tecnologia (Fornari; Manzolli; Shellard, 2009. Loureiro et al., 2012); inter-relações entre performance musical e ciências humanas (Amato, 2009. Ribeiro, 2013); educação musical, em alguns casos valendo-se de aspectos das ciências humanas e improvisação (Amato, 2008. Albino; Lima, 2008. Silva, M. G; Silva, M. A.; Albuquerque, 2008. Couto; Santos, 2009. Amato, 2010. Alvarenga; Mazzotti, 2011. Abreu, 2011. Figueiredo; Soares, 2012. Souza; Bellochio, 2013. Cunha; Campos, 2013. Pires; Dalben, 2013. Couto, 2014. Gomes, 2015. Santiago; Ivenicki, 2016. Ribeiro; Vieira, 2016. Figueiredo; Meurer, 2016. Del-Ben, 2016); inter-relações entre educação musical e tecnologia (Gohn, 2010); inter-relações entre educação musical e etnomusicologia (Queiroz, 2010); historiografia musical, em alguns casos valendo-se de aspectos da retórica (Benedetti, 2007, 2010. Lucas, 2008. Resende, 2009. Trilha, 2010. Fuchigami; Ostergren, 2010. Lino; Fiorini, 2012. Bromberg, 2014. Lucas, 2014. Cabral, 2014. Garbuio; Fiorini, 2016. Madureira, 2016); historiografia musical brasileira, em alguns casos valendo-se de aspectos de análise, performance, educação e demais ciências humanas (Virmond; Nogueira; Toledo, 2007. Costa-Lima Neto. Castro, 2009. Nogueira; Silveira, 2011. Monteiro, 2011. Castagna, 2012. Pacheco, 2012. Rosbach; Pereira, 2012. Rocha, 2012. Linemburg Jr.; Fiaminghi, 2012. Virmond; Marin; Nogueira, 2013. Lacerda, 2014. Braga et al., 2014. Castro, 2015. Linemburg; Fiaminghi, 2015. Barros et al., 2015. Aubin, 2016. Duarte, 2016a, 2016b. Aragão, 2016. Assis, 2016. Coli, 2016); historiografia musical latino-americana (Silva; Zani, 2013. Alge, 2014. Moreira, 2016); etnomusicologia e música popular, em alguns casos em interlocução com dramaturgia e análise musical (Rocha; Oliveira; Martins, 2007. Brackett, 2009. Palombini, 2009. Couto, 2009. Santos, 2012. Antonietti; Ferreira; Carrasco, 2012. Thomaz; Scarduelli, 2013. Gumboski, 2013. Martins, 2013. Freire, 2014. Santos, 2016. Merviç; Fernandes, 2016.); cognição, percepção musical e escuta reduzida (Freire, 2008. Braun; Rebouças; Ranvaud, 2009. Ferreira; Oliveira, 2009. Teixeira, 2009. Reyner, 2011. Goldemberg, 2011. Gusmão, 2011. Zorzal, 2015, 2016a, 2016b. Fridman; Manzolli, 2016.); musicoterapia e saúde do músico (Santos; Teixeira; Zanini, 2011. Panacioni; Zanini, 2012. Moura, 2016.); inter-relações entre música e tecnolo-

gia (Gohn, 2007. Fornari, Shellard; Manzolli, 2011); inter-relações entre música e ciências humanas (Mehry, 2007. Kuehn, 2010. Silva, 2016).

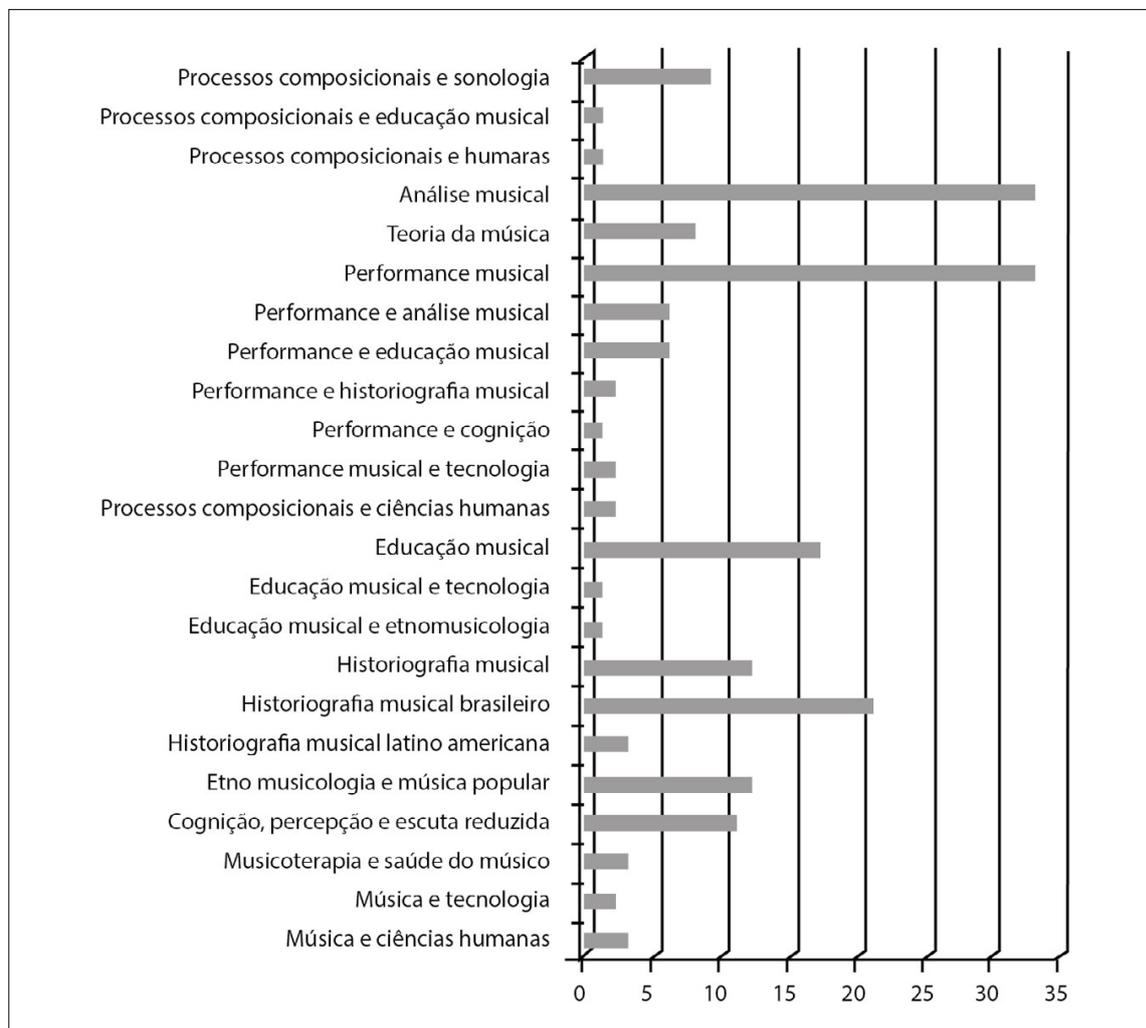


Fig. 3 – Categorização dos artigos da terceira fase da revista *OPUS* (2007 s 2016).

Nos últimos dez anos, é marcante o crescimento vertiginoso e bem fundamentado nos estudos sobre performance musical (1 na primeira fase, 3 na segunda e 33 na terceira), sendo algumas vezes estabelecidas interfaces com análise, educação, historiografia, cognição, tecnologia e vertentes das ciências humanas que não a música (chegando a 52 trabalhos).

Bastante expressivo também é o aumento dos estudos sobre análise musical (1 na primeira fase, 10 na segunda e 33 na terceira) na qualidade de teoria aplicada. Porém, na última década, a teoria musical, outrora essencialmente estrangeira, passou a ser um assunto presente não somente nos artigos da *OPUS*, mas em teses de doutorado que têm sido desenvolvidas nos programas brasileiros de pós-graduação, de maneira que aparentemente surge no Brasil uma geração de teóricos.

As vertentes de pesquisa mais tradicionais, dedicadas a processos composicionais, educação e historiografia musical, sobretudo brasileira, mantiveram-se em um patamar bastante expressivo desde a fase anterior, assim como etnomusicologia e música popular. E os campos mais recentes já trazem seus primeiros resultados, voltados a estudos sobre musicoterapia e saúde do músico, percepção musical e cognição, destacando-se o crescimento deste último grupo.

Finalmente, chama-nos a atenção o florescimento de pesquisas sobre a historiografia musical latino-americana. Após tantos anos imersos em estudos voltados prioritariamente aos repertórios europeu e brasileiro, podemos vislumbrar uma ampliação do nosso olhar para a América na qual estamos inseridos e com a qual temos nos demorado tanto para interagir musicalmente com maior propriedade?

Gestão 2011-2015: da *OPUS 17.1* à *OPUS 21.2*

Em minha gestão (2011-2015), procurei elaborar estratégias de aperfeiçoamento e expansão que pudessem ser agregadas aos objetivos anteriores. Trabalhando sempre em harmonia com a diretoria da ANPPOM¹⁰, meu diagnóstico inicial indicava para um foco na qualidade dos artigos e avaliações, nas ações para maior internacionalização do periódico e no excesso de atribuições práticas da editoria. Tendo considerado alguns aspectos valorativos dos indexadores SciELO e Web of Science como norteadores estratégicos de conduta¹¹, dez números foram lançados durante o quadriênio, e a conquista de maior visibilidade da revista *OPUS* foi a passagem de estrato A2 (2012) para A1 (2014), sendo este último a classificação máxima designada pelo Qualis Periódicos da CAPES.

Inicialmente, considerei ser necessário precisar claramente as funções do Conselho Editorial. Em meus estudos, dentre as considerações válidas para essa atividade, identifiquei-me com a prerrogativa de que um Conselho Editorial se constitui como um órgão consultivo que integra especialistas reconhecidos, vinculados a instituições nacionais e internacionais diversificadas, e que

¹⁰ A diretoria da ANPPOM, no biênio 2011-2013, foi formada por Luciana Del Ben (presidente, UFRGS), Marcos Vinício Nogueira (primeiro-secretário, UFRJ), Eduardo Monteiro (segundo-secretário, USP) e Sergio Figueiredo (tesoureiro, UDESC); no biênio 2013-2015, a função de primeiro secretário passou a ser desempenhada por Alexandre Zamiyh Almeida (UFU, depois UNICAMP).

¹¹ Indexadores são bases de dados que avaliam a produção dos periódicos que as procuram e disponibilizam apenas aqueles que, de acordo com seu processo de seleção, atendem a demandas da área e possuem pesquisas consolidadas, o que implica confiabilidade. Os indexadores possuem meios de divulgação para a internacionalização dessa produção bibliográfica selecionada.

têm como funções definir a linha editorial da publicação, verificar se a linha editorial traçada tem sido cumprida e aconselhar a editora-chefe. Tendo em vista a multiplicidade de enfoques dos artigos, considerei que precisávamos contar com um corpo de conselheiros mais extenso e com expertises mais díspares, para que pudessem, de fato, auxiliar a editora-chefe em decisões políticas, de enfoque e conteúdo, e de representatividade e inserção internacional, deixando as questões de ordem essencialmente prática a cargo de um corpo técnico. Sendo assim, o Conselho Editorial passou a ser composto pela editora-chefe e 22 conselheiros, sendo dez deles estrangeiros ou que atuavam junto a universidades estrangeiras¹², e aos poucos um corpo técnico foi sendo formado¹³.

Ao longo do quadriênio, a consulta ao Conselho Editorial, que merece aqui uma notificação por ter sido crucial à maior consolidação nessa fase da revista, ocorreu ao início da minha gestão. Em 2011, a *OPUS* mantinha a periodicidade semestral, mas havia um pequeno atraso na pontualidade, ou seja, os números eram semestralmente publicados sem que a sua finalização ocorresse exatamente nos meses de junho e dezembro, devido a uma baixa quantidade de artigos passíveis de serem aprovados. Essa premissa é básica e indispensável à indexação e decorrente internacionalização dos periódicos científicos. Em 2012, ao realizar a coordenação científica do congresso da ANPPOM, observei que artigos de qualidade pareciam estar cerceados pelos

¹² Nomeadamente, a *OPUS* 17.1 teve como editora-chefe Adriana Lopes da Cunha Moreira (Universidade de São Paulo, USP) e como conselheiros: Acácio Tadeu Piedade (UDESC), Bryan McCann (Georgetown University - Estados Unidos), Carlos Palombini (UFMG), Carmen Helena Téllez (Latin American Music Center, Indiana University, IU - Estados Unidos), Carole Gubernikoff (UNIRIO) Claudia Bellochio (UFSP), Cristina Capparelli Gerling (UFRGS), Cristina Magaldi (Towson University - Estados Unidos), Diana Santiago (UFBA), Elizabeth Travassos (UNIRIO), Fernando Henrique de Oliveira Iazzetta (USP), Graça Boal Palheiros (Instituto Politécnico do Porto, IPP - Portugal), Irna Priore (University of North Carolina at Greensboro, UNCG - Estados Unidos), João Pedro Paiva de Oliveira (UFMG), John P. Murphy (University of North Texas, UNT - Estados Unidos), José António Oliveira Martins (Eastman School of Music, ESM - Estados Unidos; depois Centro de Investigação em Tecnologia e Ciência das Artes, CITAR, Universidade Católica Portuguesa do Porto, UCP - Portugal), Manuel Pedro Ferreira (Universidade Nova de Lisboa, UNL - Portugal), Norton Dudeque (UFPR), Pablo Fessel (Universidad Nacional del Litoral, UNL - Argentina), Paulo Castagna (UNESP), Paulo Costa Lima (UFBA), Silvio Ferraz Mello Filho (UNICAMP; depois USP). Durante o mandato 2011-2015, infelizmente, ocorreram os profundamente pesarosos falecimentos de Elizabeth Travassos e Irna Priore. Ao longo do mesmo período foram convidados David Cranmer (Universidade Nova de Lisboa, UNL - Portugal) e Edson Zampronha (Conservatorio Superior de Música del Principado de Asturias, CONSMUPA - Espanha).

¹³ O corpo técnico da *OPUS* na gestão 2011-2015 foi formado por pesquisadores músicos e ligados às demais ciências humanas. Foi iniciado pela colaboração intensa do regente Roberto Rodrigues, encarregado do tratamento de imagens, última leitura dos artigos, montagem e disponibilização do exemplar através da internet. Denis Hallai reestruturou o *site*, assim como copiou e formatou todos exemplares iniciais da *OPUS* em extensão PDF. Kathleen Martin ficou encarregada da correção dos *Abstracts*, *Keywords* e textos redigidos em inglês; Isaac Terceros Montaña, da interação com o material redigido em espanhol e José Carlos Moreira, das publicações em francês. Ao final de minha gestão, Ronaldo Penteado e Cibele Palopoli auxiliaram-me na formatação, normatização e encarte da revista. A partir de 2014, a *OPUS* passou a fazer uso da plataforma *Open Journal System*, habilmente implantada por Renato Mendes Rocha.

limites estreitos das publicações em anais e ocorreu-me a ideia de publicarmos na *OPUS* suas versões expandidas, ou seja, os trabalhos que tivessem obtido destaque durante o processo de avaliação para o congresso formariam um novo número da revista. Para me certificar da legitimidade dessa ação, consultei o Conselho Editorial da *OPUS*, a diretoria da ANPPOM e a SciELO, os quais se emprestaram a necessária segurança para a compreensão de que, se o aprofundamento no assunto dos textos que constituam versões ampliadas de exemplares previamente publicados em anais de congressos for suficiente para que possam ser considerados originais por um par de pareceristas *ad hoc*, podem ser publicados como tal, trazendo esta informação em sua primeira página. Sendo assim, os artigos que compõem os números 18.1 e 18.2 da revista *OPUS* foram selecionados, em primeira instância, pelos coordenadores de subárea do XXII Congresso da ANPPOM e, em segunda instância, pela editoria da *OPUS*¹⁴, e a reconquista da pontualidade emprestou novo fôlego às atividades da editoria.

Ao mesmo tempo, tendo em vista uma ampliação na quantidade das submissões espontâneas de qualidade, passei a comunicar o lançamento de cada novo número da *OPUS* acompanhado por um parágrafo com os resultados concretos atingidos no semestre em andamento e outro com metas a serem alcançadas, sendo que, nos momentos mais intensos, essas mensagens chegaram a ser bimestrais. A cada ano, durante as assembleias da ANPPOM, compus a mesa da diretoria apresentando aos sócios as realizações do ano e acolhendo as suas sugestões. Dentre as metas cumpridas, constaram as duas atualizações do site da *OPUS*¹⁵.

Ao final de 2011, o *site* passou a contar com um suporte mais dinâmico, os textos de apresentação e as normas técnicas foram revisados e traduzidos para três idiomas – português, espanhol e inglês –, e as páginas do *site* passaram a ser organizadas nas seções Histórico, Instruções aos autores, Normas técnicas, Números anteriores e Conselho Editorial. Em 2014 implantei o sistema *Open Journal System* (OJS), utilizado ainda hoje, que agilizou todas as frentes de operação da revista. O registro de todas as submissões e avaliações possi-

¹⁴ Observamos que, ao XXII Congresso da ANPPOM, foram submetidos 502 trabalhos, dos quais 312 (62.15%) foram aprovados, após avaliação por pares realizada por 261 pareceristas *ad hoc*. Os critérios para a seleção em primeira instância dos trabalhos que seriam publicados na *OPUS* em versões ampliadas foram a nota da avaliação por pares e os comentários favoráveis dos avaliadores *ad hoc*. Nessa primeira instância, 47 trabalhos foram indicados e destes apenas 25 chegaram à fase final de escolha. Os critérios para a seleção em segunda instância foram: (1) exclusão dos trabalhos em cujo texto havia menção a pesquisa em fase inicial; (2) exclusão dos trabalhos cujo autor contava com duas indicações; (3) exclusão dos painéis (naturalmente publicados em versão ampliada nos anais do Congresso); (4) exclusão dos trabalhos cujo conteúdo era inferior aos indicados pelos coordenadores das outras subáreas; (5) exclusão de trabalhos claramente publicados em versão ampliada.

¹⁵ Ciente da importância da identidade visual de periódicos científicos de longo prazo, mantive o projeto gráfico criado por Rogério Budasz em ambas as ocasiões.

bilitado por sistemas como o OJS é premissa indispensável para a indexação das revistas científicas.

Nesse mesmo ano, passamos a publicar textos também em francês, e todos os textos da *OPUS* foram disponibilizados em extensão PDF para *download* gratuito e aberto. No ano seguinte, resolvi junto ao IBICT uma incômoda questão que envolvia os números de ISSN da *OPUS*¹⁶, que se mostrou estar ligado à itinerância da sede da revista, anteriormente vinculado à cidade de residência da presidência, de maneira que o Brasil passou a ser o local da revista. Outra questão, aparentada desta, referiu-se à avaliação da *OPUS* pelo Qualis CAPES, que vinha delegando a nota da versão impressa ao número de ISSN da versão *on-line*, e vice-versa; em 2016 essa questão foi regulamentada, e a nota A1 foi corretamente associada à versão *on-line*.

Sistemas de avaliação de trabalhos científicos sempre geram polêmicas. Por estar familiarizada com os formulários de avaliação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pautei-me nas questões focadas deste para reformular o material de avaliação da *OPUS* e testemunhei o recebimento de algumas belíssimas avaliações pelos autores. Idealmente, as avaliações por pares passaram a ser realizadas por um especialista brasileiro ou estrangeiro sediado em universidade brasileira e por um brasileiro ou estrangeiro sediado em universidade estrangeira, ambos considerados profissionais experientes da área. Mais uma vez, coube ao Conselho Editorial a indicação de avaliadores estrangeiros que tivessem atuação expressiva na área de música e franco domínio do idioma português. Sempre pensando no processo de internacionalização da revista, solicitei a inserção de *links* da *OPUS* em páginas de suas universidades, assim como a divulgação de cada número da revista junto às listas de sócios das associações internacionais de música, buscando torná-la mais conhecida nesses meios.

Durante o quadriênio, mantive sempre intensa a interlocução com os autores dos trabalhos aprovados. Para que os conteúdos dos artigos pudessem ser apresentados com a máxima clareza e correção possível, todos os artigos passaram por criteriosa verificação de conteúdo, ortografia, formatação, edição de imagens, conformação de tabelas e conferência das referências bibliográficas. Todos os *Abstracts* e *Keywords* passaram pela correção de uma estadunidense residente no Brasil há algumas décadas e com expressiva vivência musical. Para que as normas fossem claras para os autores e as mais fiéis possíveis às premissas da ABNT, estudei-as ponto a ponto e procurei participar de reuniões sobre a reformulação da NBR 6023¹⁷. A essas reuniões, procurei levar exemplos de normas que atendessem especificidades da área de

¹⁶ ISSN 0103-7412 para a versão impressa e ISSN 1517-7017 para versão *on-line*. Local: Brasil.

¹⁷ A ANPPOM conquistou assento nesta reunião na gestão anterior à que participei como editora.

música e que não têm sido contempladas por esta entidade. Várias de minhas sugestões foram discutidas e algumas foram acatadas.

Em 2015, encerrei a gestão com a primeira Edição Especial da nossa revista. Assim, além dos números semestrais com artigos selecionados a partir de submissões espontâneas, passamos a ter esta opção de publicação periódica científica de estudos sobre música, em eventuais exemplares que excedessem o limite de números anuais e que agrupassem artigos concernentes a um assunto específico, considerado de interesse para a área pela editoria¹⁸.

Uma perspectiva atual aponta para a contribuição do desempenho de cada periódico da área de música ao conjunto de periódicos que forma a área como um todo, incitando ao autorreconhecimento das áreas como autorreguladoras e articuladoras de estratégias que redundem em maior consolidação do ambiente acadêmico. A atual solidez atingida pela *OPUS* a qualifica para a função de ser o periódico científico brasileiro de música que, de fato, consegue agregar as diversas tendências do pensamento.

REFERÊNCIAS

OPUS - Revista eletrônica da ANPPOM. Brasil: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, ANPPOM, [s.n.]. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

.....

¹⁸ Escolhidos, organizados e traduzidos pela compositora Michelle Agnes, os artigos e entrevistas de Nicolas Donin, Jonathan Harvey, Pierluigi Billone, Laurent Feneyrou, François-Xavier Féron e Jacques Theureau que formam a *OPUS 21-2* trazem uma variedade de metodologias e perspectivas do processo de criação musical, privilegiam o olhar do compositor, a diretriz investigativa pela motriz criativa.